

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, EM 18 DE JUNHO DE 2019.

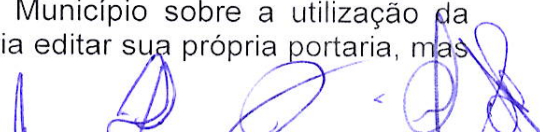
Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, situada na Rua Angelina, s/nº, Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta, Bairro dos Municípios, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, convocado via e-mail, com as presenças dos Senhores Conselheiros: **1. Maria Heloisa B. C. Furtado Lenzi (SEMAM), 2. Geosi de Lima Matos (Secretaria de Saúde e Saneamento), 3. Alvaro Rocha Kenig (SINDISOL), 4. João Gabriel Assumpção Carvalho (EMASA), 5. Ana Clara Souza Carr Pinheiro (OAB) e 6. Rafaela Picolotto (UNIVALI).** Presentes, ainda, os Srs. Edésio C. Pereira, Diretor do Departamento de Fiscalização e Pedro Paulo Antunes, Fiscal do Meio Ambiente. Havendo número legal, os presentes foram saudados pela Presidente do Conselho, Sra. Maria Heloisa. Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior (09/04/2019), a qual já havia sido encaminhada via e-mail à todos os conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida deu-se início a pauta do dia que consistia no julgamento dos seguintes processos administrativos fiscais: **1. PAF-SMA-DEFA 33/2017 – Altamir Osni Teixeira – Relator: João Gabriel A. Carvalho; 2. PAF-SMA-DEFA 4/2018 – Walnice Vivian Quintiliano – Relator: Gilmar Edson Koeddermann; 3. PAF-SMA-DEFA 11/2018 – Stella Simões – Relator: Paulo Junek; 4. PAF-SMA-DEFA 3/2018 – Gilvana Dalfovo da Costa – Relator: Elifas Holodniak; 5. PAF-SMA-DEFA 25/2018 – Aifos Decorações Ltda. – Relatora: Rafaela Picolotto e 6. PAF-SMA-DEFA 33/2018 – Aido Nardi - Relatora: Rafaela Picolotto.** Inicialmente deu-se a palavra ao procurador do Sr. Aido Nardi, para fazer a defesa oral do PAF-SMA-DEFA 33/2018. A procuração do Dr. Carlos Renato Portes Junior foi anexada ao processo e em seguida este arguiu que seu cliente, o Sr. Aido Nardi, é proprietário da área objeto da autuação, na Várzea do Ranchinho, há 20 anos, e que parte da propriedade está averbada como área de preservação permanente, sendo que outra parte é passível de uso e tem sido mantida limpa. Informou que a pessoa que foi contratada pelo proprietário para realizar a limpeza na ocasião acabou cortando uma árvore a mais, porém não houve dolo. Admitiu que houve a roçada, mas que esta atingiu apenas árvores de pequeno porte. O proprietário já protocolou pedido de poda/corte com a finalidade de realizar nova limpeza nos 10.000m² passíveis de construção, conforme Protocolo nº 2019017360. Considerou de alto valor a multa aplicada (36 UFM) e requereu a substituição por advertência ou recuperação da área por meio do plantio da árvore. **processos foram julgados na seguinte ordem: 1. PAF-SMA-DEFA 33/2018 – Aido Nardi - Relatora: Rafaela Picolotto:** A relatora fez a leitura de seu parecer, informando que recomendou a manutenção da multa, considerando que o autuado admitiu que realizou a supressão da vegetação. O conselheiro Alvaro Rocha Kenig sugeriu a redução da multa em 20%, pois o infrator desconhecia que havia necessidade de pedir autorização para limpeza do terreno e também pelo fato de tratar-se de uma área grande, cuja parte maior é preservada. Os outros três conselheiros votaram com a relatora pela manutenção da multa no valor original. Sendo assim, a multa foi mantida no valor de 36 UFM. **2. PAF-SMA-DEFA 25/2018 – Aifos Decorações Ltda. – Relatora: Rafaela Picolotto:** A relatora descreveu o auto de infração o qual apontou que a empresa autuada realizou a limpeza/roçada de vegetação rasteira sem observar o recuo legal do curso d'água, área considerada de preservação permanente, no Estaleiro, APA Costa Brava. Após, fez a leitura de seu parecer, entendendo que restou comprovado o dano ambiental, devendo permanecer a multa nos moldes iniciais. O voto da relatora foi seguido pelos demais conselheiros por unanimidade, permanecendo, portanto, a multa em 20 UFM. **3. PAF-SMA-DEFA 33/2017 – Altamir Osni Teixeira – Relator: João Gabriel A. Carvalho:** A defesa oral deste processo foi realizada pelo próprio autuado em 09/10/2018 e lida nesta data pela Secretária do Conselho, nos seguintes termos: De acordo com o auto de infração o autuado promoveu o corte de vegetação nativa em imóvel de sua propriedade localizado na Rua Machado de Assis, no Bairro Praia dos Amores. O Sr. Altamir disse que no ano de 2009 havia realizado uma roçada no mesmo terreno e foi multado, porém o Ministério Público arquivou o inquérito e o Conselho do Meio Ambiente reduziu o valor da multa. Em 2015, ao iniciar a construção no local foi embargado e posteriormente o embargo foi

levantado, porém a multa pela supressão de vegetação foi mantida e atualmente ainda está apresentando defesa para anulá-la, considerando o levantamento do embargo da construção. No ano de 2017 ocorreu a terceira multa, novamente por corte de vegetação, porém, nenhuma árvore foi cortada, ocorrendo apenas uma roçada/retirada de capim e broto de eucalipto. Disse também que não poderia construir sem a retirada da vegetação e que o valor da multa foi de 60 (sessenta) UFM, considerado muito alto. Requereu, portanto, a nulidade do auto de infração. Em seguida a palavra foi passada para o relator que fez a leitura de seu parecer e manteve a multa nos moldes aplicados pela Fiscalização. O conselheiro Alvaro Rocha Kenig salientou que se trata de um lote urbano de pequenas proporções e não é considerado de preservação permanente, portanto, solicitou esclarecimentos quanto aos critérios para estabelecer o valor da multa. Os demais conselheiros também ficaram com dúvidas com relação a metodologia na aplicação da multa e resolveram devolver o processo ao Departamento de Fiscalização Ambiental para que fossem prestados os devidos esclarecimentos. Sendo assim, o processo será devolvido à Secretaria do Meio Ambiente e retornará a pauta de julgamento após as explicações do citado Departamento.

4. PAF-SMA-DEFA 11/2018 – Stella Simões – Relator: Paulo Junek: A defesa oral deste processo foi realizada pelo próprio autuado em 09/10/2018 e lida nesta data pela Secretária do Conselho, nos seguintes termos: A defesa oral da autuada foi realizada por seu representante, Sr. Divanir Simões Junior, o qual informou que a autuação se deu em função de uma denúncia de que haviam atado fogo e cortado vegetação em terreno de sua propriedade localizado às margens do Rio Camboriú. Explicou que a propriedade estava fechada há dez anos e resolveu comprá-la e trouxe uma equipe de Curitiba para realizar a roçada do local, sendo que foram estes que atearam fogo nas folhas que juntaram. Disse ainda que a vegetação roçada já está se regenerando e que pretende cercar a área considerada de preservação permanente. Pediu reconsideração com relação a multa aplicada. Em seguida foi lido o parecer do relator, o qual sugeriu a redução de 33% no valor da multa de 35 UFM em razão da boa-fé do autuado na manutenção de sua propriedade. Colocado em votação, os demais conselheiros decidiram pela manutenção da multa no seu valor integral de 35 UFM, considerando que a infração ocorreu em área de preservação permanente.

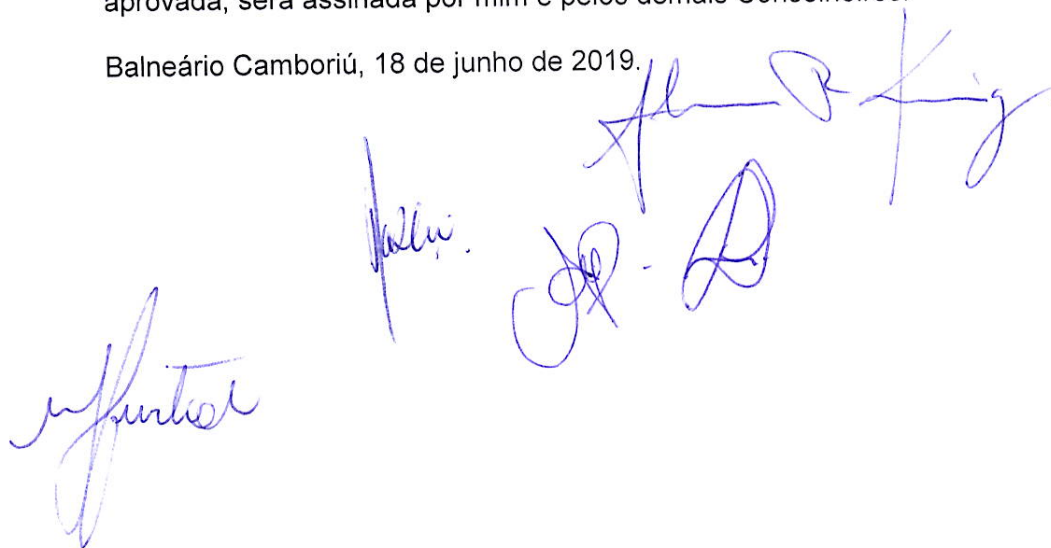
5. PAF-SMA-DEFA 4/2018 – Walnice Vivian Quintiliano – Relator: Gilmar Edson Koeddermann: A defesa oral deste processo foi realizada pelo representante da autuada, Sr. Adek Vivan Quintiliano, no dia 09/10/2018 e lida nesta data pela Secretária do Conselho, nos seguintes termos: Que a autuação se deu em função do corte de duas árvores em imóvel localizado na Rua Venezuela, esquina com Rua Zâmbia, no Bairro das Nações. Disse o Sr. Adek que a proprietária do terreno contratou uma pessoa para roçar o local e esta supostamente teria cortado as árvores, porém, é possível observar que foram apenas podadas, pois voltaram a crescer, conforme fotografias que anexou ao processo e que estão lá para eventual vistoria. Sendo assim, pede o cancelamento da multa. Por solicitação do relator o processo foi encaminhado ao Departamento de Fiscalização para Diligências e retornou com o Parecer nº270-2018. Em seguida o relator deu seu parecer, o qual foi lido na presente data com a decisão de manter a multa de 12 UFM, diante da informação de que as árvores foram cortadas, sendo seguido pelos demais conselheiros por unanimidade.

6. PAF-SMA-DEFA 3/2018 – Gilvana Dalfovo da Costa – Relator: Elifas Holodniak: O presente processo deixou de ser julgado nesta data devido a ausência do relator, que estava em viagem, conforme justificativa, e não conseguiu entregá-lo na Secretaria em tempo hábil. Concluída a fase dos julgamentos, foram distribuídos os seguintes processos para análise/parecer dos relatores e posterior julgamento: 1. PAF-SMA-DEFA 34/2018 – Jesarela Jacob Correia Dalago: Relatora: Rafaela Picolotto; 2. PAF-SMA-DEFA 45/2018 – Taisa Ramos da Silva: Relatora: Ana Clara Souza Carr Pinheiro. O terceiro assunto da pauta faz menção a retomada das discussões sobre a Portaria FATMA/BPMA Nº 170 DE 04/10/2013. A Sra. Maria Heloisa informou que a referida portaria foi recentemente revogada e substituída pela Portaria Conjunta CPMA/IMA Nº 143, de 04/06/2019. O Sr. Edésio, Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental, informou que consultou a Procuradoria Geral do Município sobre a utilização da citada norma e foi advertido que o Município poderia editar sua própria portaria, mas



não utilizar a portaria estadual. Sendo assim, o Departamento de Fiscalização Ambiental responsabilizou-se pela análise da Portaria 143/2019, no que concerne a sua atuação, para fins de adaptá-la a realidade do Município. A Dra. Ana Clara, conselheira representante da OAB, também se prontificou a analisar a portaria nas demais questões. A apresentação da proposta será na próxima reunião do Conselho. Por fim, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Carin S. Dorow, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que, aprovada, será assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

Balneário Camboriú, 18 de junho de 2019.

Four handwritten signatures in blue ink are visible. The signature on the left is 'Carin S. Dorow'. The signature in the center is 'Ana Clara'. The signature on the right is 'Presidente'. The signature at the bottom right is 'Secretária'.